



QUINTA-FEIRA, 14 de Março de 2024

LEILÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BDMG - 003/2024

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. — BDMG torna público que realizará leilão objetivando a venda de um apartamento residencial, com área construída de 161 m², sendo área útil de 118,12 m² + 36,72 m² de garagem + 6,16 m² de área comum, cabendo-lhe a fração ideal de 0,140366 do respectivo terreno constituído pelo lote de terreno de nº 14, da quadra 10, medindo 12 metros de frente e de fundo por 30 metros de profundidade pelos lados, dividindo e confrontando pela frente com a referida via pública, por um lado com o lote nº 13, por outro lado com o lote nº 15 e pelo fundo com o lote nº 16, situado na Rua Carlos Marques, nº 185, apto. 101, Bairro Guarapiranga, Ponte Nova/MG. Melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 18.953 do Cartório de Registro de Imóveis de Ponte Nova/MG. Imóvel recebido em razão de ter constituído garantia de propriedade fiduciária em contrato inadimplido perante o BDMG. Em observância à legislação, o **1º leilão irá ocorrer no dia 25/3/2024**, com encerramento às 15h. Fica desde já agendada a realização do **2º leilão no dia 10/4/2024**, com encerramento às 15h, para o caso de o imóvel não ser arrematado no 1º leilão. Os interessados poderão participar, por meio do envio de lances via internet, pelo site www.gpleiloes.com.br, devendo habilitar-se previamente no site do Leiloeiro, conforme critérios e condições por ele estabelecido, observadas as regras e procedimentos previstos no edital, **cuja cópia pode ser obtida em www.bdmg.mg.gov.br ou no site citado acima.** Os devedores fiduciários que pretendam exercer o direito de preferência, previsto na Lei nº 9.514/97, deverão habilitar-se previamente no site do Leiloeiro Oficial, informando sua condição de preferência. Informações complementares pelo e-mail: leilaojudicial@gpleiloes.com.br ou pelo telefone: (31) 2117-9001.

**COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA
AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - Comipa, na Avenida Tancredo Neves, nº 30, Bloco A - Vila Silvéria, em Araxá/MG, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Araxá/MG, 12 de março de 2024.
Mateus Ayer Quintela
Diretor-Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Assembleia Geral Ordinária Prestação de Contas Exercício 2023**

Nos termos dos artigos 25, inciso I, artigo 30 e o artigo 31, do Estatuto Social, ficam os sócios do **Mackenzie Esporte Clube** convocados para a Assembleia Geral Ordinária, que instalar-se-á no dia 25 de março de 2024, segunda-feira, no salão de festas do Clube, em primeira convocação às 18:30 horas com dois terços dos associados, em segunda convocação às 19:00 horas, com qualquer número de associados presentes com direito a voto para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

· Apreciação do relatório de atividades da Diretoria, balanço patrimonial e demonstração do resultado referente ao exercício de 2023.

A documentação referente à pauta estará à disposição dos associados na Secretária do Clube.

Belo Horizonte, 13 de março 2024.


Mackenzie Esporte Clube

Presidente do Conselho Deliberativo - Paulo Eugênio Vieira Franco



Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.
CNPJ/MF nº 30.265.100/0001-00 - NIRE 31.300.120.660

Demonstrações Financeiras 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas: A Administração da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Mensagem da Administração: A Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., foi constituída em 18 de abril de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 - iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 - contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 - iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 - Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Parapeba), com extensão de 22,65 km; e (iii) LMG-754 - iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 - Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10 km, perfazendo uma extensão total de 363,95 km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária. Em conformidade com as diretrizes e os objetivos do Grupo EcoRodovias, todo trabalho vem sendo realizado com visão de longo prazo e respeito ao desenvolvimento sustentável. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Eco135 agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. Práticas Contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. Resultados Operacionais: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 38.995 mil em 2023, redução de 0,2% em relação a 2022. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 9,2% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. O tráfego de veículos pesados apresentou redução de 2,3% devido à diminuição do fluxo de veículos de

longo curso entre a região Nordeste e o Estado de São Paulo. A tarifa média foi de R\$9,08 em 2023, 6,4% superior em relação a 2022. Em abril/23, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco135 com aumento de 5,75% devido, principalmente, à variação do IPCA. Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta: A receita bruta totalizou R\$1.102,8 milhões em 2023, aumento de 41,2% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao aumento da receita de construção, em razão do maior volume de obras no período, e ao reajuste das tarifas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$29,7 milhões, 6,3% superior a 2022. Receita de Pedágio - R\$354,3 milhões em 2023, aumento de 6,2% devido ao reajuste das tarifas de pedágio. Receita de Construção - R\$748,6 milhões em 2023, aumento de 67,3% devido ao maior volume de obras no período. Receita Líquida: A receita líquida atingiu R\$1.073,1 milhões em 2023. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada foi de R\$324,6 milhões, aumento de 6,2% em relação a 2022. Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia. Custos Operacionais e Despesas Administrativas: Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$870,5 milhões em 2023, aumento de 58,1% em relação a 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$63,6 milhões, aumento de 6,3% em relação a 2022. As principais variações foram: Pessoal: R\$18,3 milhões em 2023, aumento de 10,7% devido, principalmente, ao reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho, e à provisão de reclamações trabalhistas. Conservação e Manutenção: R\$7,2 milhões em 2023, aumento de 3,6% em função, principalmente, dos gastos com conservação de revestimento vegetal. Serviços de terceiros: R\$27,8 milhões em 2023, aumento de 3,9%, devido, principalmente aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$5,2 milhões em 2023, aumento de 12,3% devido, principalmente, aos custos com seguro de riscos diversos. Outros: R\$5,1 milhões em 2023, aumento de 2,7% devido, principalmente, a provisão para condenações cíveis. Depreciação e Amortização: R\$41,7 milhões em 2023, aumento de 30,7% devido a maior base de ativos no período e adequação da curva de tráfego. Provisão para manutenção: R\$16,7 milhões em 2023, aumento de 44,3% decorrente da revisão do cronograma de obras de manutenção do contrato de concessão. Custo de construção de obras: R\$748,6 milhões em 2023, aumento de 67,3% devido ao maior volume de obras realizadas no período, principalmente relacionadas ao contorno de Montes Claros. Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia. Ebitda e Margem Ebitda: Em 2023, o EBITDA atingiu R\$244,0 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$260,7 mi-

lhões, aumento de 6,0% em relação a 2022 e margem EBITDA ajustada de 80,3%. Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$149,8 milhões em 2023, redução de 10,9% em relação aos R\$168,1 milhões negativos em 2022 devido, principalmente, à redução dos efeitos financeiros sobre o direito da outorga (não caixa) decorrentes da variação do IPCA, ao aumento da capitalização dos juros sobre empréstimos e financiamentos e ao aumento das receitas de aplicações financeiras. Para mais informações sobre o Resultado Financeiro, vide Nota Explicativa nº 24 da Demonstração Financeira da Companhia. Lucro Líquido do Exercício: Em 2023, a Eco135 apresentou lucro líquido de R\$34,6 milhões. Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Eco135 encerrou o exercício de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo no montante de R\$198,1 milhões, e dívida bruta, composta por empréstimo, financiamentos e debêntures de R\$1.125,9 milhões, sendo 96,8% dos vencimentos no longo prazo. As obrigações com Poder Concedente eram de R\$992,8 milhões e a dívida com Passivo de Arrendamento de R\$6,1 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$927,8 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 3,6x. Para mais informações sobre o Endividamento, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 19 da Demonstração Financeira da Companhia. Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$834,2 milhões em 2023, relativos às obras contratuais do período, principalmente Contorno de Montes Claros. Governança Corporativa: As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. Relacionamento com os Auditores Independentes: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), para o período findo em 30 de junho e exercício findo em 31 de dezembro. Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$252,7 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. Declaração da Diretoria: A Diretoria da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2023.

Curvelo - MG, 13 de março de 2024.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo Circulante	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.898	117.204		
Aplicações financeiras	6	39.856	4.372		
Aplicações financeiras - conta reserva	7	18.099	549		
Clientes	8	25.142	21.688		
Tributos a recuperar		2.710	2.180		
Despesas antecipadas		363	2.205		
Partes relacionadas	16	1	-		
Outros créditos		2.073	2.273		
Total do ativo circulante		214.142	150.471		
Ativo não circulante					
Tributos diferidos	12.a)	20.157	31.314		
Aplicações financeiras - conta reserva	7	14.284	5.319		
Depósitos judiciais	9	40	13		
Imobilizado	10	11.051	11.536		
Intangível	11	2.329.246	1.533.436		
Total do ativo não circulante		2.374.778	1.581.618		
Total do ativo		2.588.920	1.732.089		
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante					
Fornecedores			34.222	9.183	
Risco sacado	29		-	949	
Empréstimos e financiamentos	13	23.937	3.042		
Debêntures	14	11.992	-		
Passivo de arrendamento	15	2.304	4.025		
Impostos, taxas e contribuições a recolher		5.463	5.033		
Obrigações sociais e trabalhistas		2.994	2.506		
Partes relacionadas	16	60.928	27.441		
Obrigações com poder concedente	19	106.306	101.564		
Provisão para manutenção	17	15.258	-		
Provisão para construção de obras futuras	18	29.103	11.854		
Outras contas a pagar		925	316		
Total do passivo circulante		293.432	165.913		
Passivo e Patrimônio Líquido Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	569.878	499.970		
Debêntures	14	520.135	-		
Passivo de arrendamento	15	3.911	3.700		
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	20	823	230		
Provisão para construção de obras futuras	18	-	16.756		
Provisão para manutenção	17	29.931	26.047		
Obrigações com Poder concedente	19	886.496	862.162		
Outras contas a pagar		10.081	10.905		
Total do passivo não circulante		2.021.255	1.419.590		
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a)	300.000	206.924		
Prejuízo acumulado		(25.767)	(60.338)		
Total do patrimônio líquido		274.233	146.586		
Total do passivo e patrimônio líquido		2.588.920	1.732.089		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) do exercício	34.571	22.624			488	365		
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:								
Depreciações e amortizações	41.675	31.884	33.487	8.796				
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	223	7.951	430	541				
Capitalização de juros	(40.205)	(27.844)	(584)	(477)				
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	73.558	41.432	-	(66)				
Constituição e atualização monetária de provisão para perdas cíveis	1.177	599	(2.901)	(2.719)				
Constituição e atualização monetária de provisão para manutenção e construção de obras	19.635	12.784	2.151	1.794				
Obrigações com Poder Concedente	2.902	2.718	(6.769)	-				
Tributos diferidos	11.157	11.305	(2.901)	(2.719)				
Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.769	-	(215)	1.794				
Receita financeira - aplicações financeiras - conta reserva	(1.362)	-	(6.769)	-				
Atualização monetária de depósitos judiciais	(1)	-	(6.769)	-				
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	132.441	154.275	328.597	260.574				
Variação nos ativos operacionais:								
Clientes	(3.454)	(1.822)	(3.837)	(7.549)				
Partes relacionadas - clientes	(1)	-	(790.191)	(452.643)				
Tributos a recuperar	(530)	7.806	(35.484)	(2.621)				
Despesas antecipadas	1.842	(1.423)	(25.153)	(2.985)				
Outros créditos	200	(191)	(854.665)	(464.898)				
Depósitos judiciais	(26)	(13)	-	-				
Variação nos passivos operacionais:								
Fornecedores	24.090	(9.745)	6.866	(6.263)				
			(29.608)	(20.231)				
			581.526	263.045				
			(103.366)	(96.837)				
			93.076	150.000				
			534.762	289.714				
			8.694	85.390				
			117.204	31.814				
			125.898	117.204				
			8.694	85.390				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 18 de abril de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135, (ii) MG-231; e (iii) LMG-754, de acordo com a concorrência pública internacional nº 006/2017 do Estado de Minas Gerais. O Contrato de Concessão, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais - SEINFRA - MG, assinado em 19 de junho de 2018, possui prazo final em 18 de junho de 2048. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 19.c. A sede está localizada na Avenida Bias Fortes, 2015, Bairro Tibira, no município de Curvelo - MG. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês) Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacio-

nada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são

incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC") que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021,

continua ...



... continuação

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF nº 30.265.100/0001-00

a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva *GloBE*. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 24). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação por liquidação, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 11.e e Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente

relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de transações na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - *WACC* na sigla em inglês). h) Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - *SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs; (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento; (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs; (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i); (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. l) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Participação dos Lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes. • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego. • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. • *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na

assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,11% ao ano (9,74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - *WACC* na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota 19.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	4.131	2.924
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	120.467	85.034
Operações compromissadas (b).....	-	29.013
Aplicações automáticas (c).....	1.300	233
	<u>125.898</u>	<u>117.204</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 0% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (85% em 31 de dezembro de 2022), sem risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	39.054	4.372
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	802	-
	<u>39.856</u>	<u>4.372</u>

(a) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (b) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento.....	32.383	5.868
	<u>32.383</u>	<u>5.868</u>
Circulante.....	18.099	549
Não circulante.....	14.284	5.319

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,8% do CDI em 31 de dezembro 2023 e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários. Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 31 de dezembro 2023. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva. As aplicações financeiras - conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a).....	24.157	21.171
Outras contas a receber (b).....	985	517
	<u>25.142</u>	<u>21.688</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas nas modalidades "cartão de débito" e "cartão de crédito". O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer.....	25.142	21.688
	<u>25.142</u>	<u>21.688</u>

continua ...



QUINTA-FEIRA, 14 de Março de 2024

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF n° 30.265.100/0001-00

... continuação

9. DEPOSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza	9	-
Cível.....	31	13
Trabalhista.....	40	13

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 20 Provisão para Perdas Cíveis.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	13	-
Adições.....	26	13
Atualização monetária.....	1	-
Saldo no fim do exercício.....	40	13

10. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. O valor líquido e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Na tabela abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e Hardwares	Móveis e equipamentos	Utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	19,2	9,9	10,5	32,0	-

	Custo				Total
Saldos em 31/12/2022.....	16.267	7.027	713	8	24.015
Adições.....	2.067	1.455	306	9	3.837
Baixas.....	-	-	(1)	-	(1)
Transferências.....	(136)	(38)	-	-	(174)
Saldos em 31/12/2023.....	18.198	8.444	1.018	17	27.677

	Depreciação				Total
Saldos em 31/12/2022.....	(11.337)	(927)	(213)	(2)	(12.479)
Adições.....	(3.295)	(764)	(91)	(4)	(4.154)
Transferências.....	7	-	-	-	7
Saldos em 31/12/2023.....	(14.625)	(1.691)	(304)	(6)	(16.626)

	Residual				Total
Em 31/12/2023.....	3.573	6.753	714	11	11.051
Em 31/12/2022.....	4.930	6.100	500	6	11.536

	Máquinas e Hardwares	Móveis e equipamentos	Utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,1	17,6	10,2	25,0	-

	Custo				Total
Saldos em 31/12/2021.....	15.193	8.571	645	8	24.417
Adições.....	1.068	6.407	74	-	7.549
Baixas.....	-	(7.951)	-	-	(7.951)
Transferências.....	6	-	(6)	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	16.267	7.027	713	8	24.015

	Depreciação				Total
Saldos em 31/12/2021.....	(8.177)	(254)	(144)	-	(8.575)
Adições.....	(3.160)	(673)	(69)	(2)	(3.904)
Transferências.....	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	(11.337)	(927)	(213)	(2)	(12.479)

	Residual				Total
Em 31/12/2022.....	4.930	6.100	500	6	11.536
Em 31/12/2021.....	7.016	8.317	501	8	15.842

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 31 de dezembro 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

11. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de Concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	(b)	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	-	-	19,0	(d)	-
Custo					
Saldos em 31/12/2022.....	924.136	679.497	2.905	15.263	1.621.801
Adições.....	301.230	529.113	53	2.990	833.386
Baixas.....	-	(222)	-	-	(222)
Transferências.....	169.671	(169.637)	140	-	179
Saldos em 31/12/2023.....	1.395.037	1.038.751	3.098	18.253	2.455.139
Amortização					
Saldos em 31/12/2022.....	(78.864)	-	(1.980)	(7.521)	(88.365)
Adições.....	(32.246)	-	(583)	(4.692)	(37.521)
Baixas.....	-	-	(7)	-	(7)
Saldos em 31/12/2023.....	(111.110)	-	(2.570)	(12.213)	(125.893)
Residual					
Em 31/12/2023.....	1.283.927	1.038.751	528	6.040	2.329.246
Em 31/12/2022.....	845.272	679.497	925	7.742	1.533.436

	Contratos de Concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	(b)	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	-	-	19,97	(d)	-
Custo					
Saldos em 31/12/2021.....	1.386.062	359.941	2.894	4.742	1.753.639
Adições.....	96.473	381.137	11	10.521	488.142
Baixas.....	(619.980)	-	-	-	(619.980)
Transferências.....	61.581	(61.581)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	924.136	679.497	2.905	15.263	1.621.801
Amortização					
Saldos em 31/12/2021.....	(55.647)	-	(1.401)	(3.337)	(60.385)
Adições.....	(23.217)	-	(579)	(4.184)	(27.980)
Saldos em 31/12/2022.....	(78.864)	-	(1.980)	(7.521)	(88.365)
Residual					
Em 31/12/2022.....	845.272	679.497	925	7.742	1.533.436
Em 31/12/2021.....	1.330.415	359.941	1.493	1.405	1.693.254

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2023, as principais adições nesta rubrica referem-se a: serviços de obras de restauração de pavimentos, sinalizações horizontais e verticais e infraestruturas para as praças de pedágios; b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram 2,59% a.a. (2,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022). c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2023 referem-se a: projetos de adequações, melhorias e acessos, pavimentação, restauração de sinalização e terraplenos, obras em faixa adicional, consultoria de apoio de ampliação, compensação e regularização ambiental. d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capita-

lizados R\$40.205 referentes a encargos financeiros (R\$27.844 em 31 de dezembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos, e) **Impairment:** A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem os ativos intangíveis apresentarem valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) **premissas de projeção:** as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) **Moeda de projeções:** BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) **Taxa de desconto:** metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (13,77% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de **impairment** a ser constituído no resultado do exercício.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	31/12/2023
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.....	77	216	(32)	261	184
Prejuízo fiscal e base negativa.....	9.586	-	(2.992)	6.594	(2.992)
Provisão para manutenção.....	8.855	5.682	827	15.364	6.509
Juros capitalizados.....	(16.897)	(13.670)	285	(30.282)	(13.385)
AVP Ônus da concessão.....	29.692	24.466	(26.070)	28.088	(1.604)
Provisão férias diretor/stock option	1	131	-	132	131
IR e CS diferido - ativo/passivo)	31.314	16.825	(27.982)	20.157	(11.157)
Receita (despesa) de IR e CS diferido.....	-	-	-	-	(11.157)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R\$20.157 no ativo não circulante (R\$31.314 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022) e registrou débito R\$11.157 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023.....	-	9.169
2024.....	4.910	(416)
2025.....	(1.683)	(417)
2026.....	(1.789)	(417)
2027.....	(1.789)	(417)
2028.....	(1.789)	1.176
A partir de 2029 (a).....	22.297	22.636
	20.157	31.314

(a) Os valores acima de 10 anos para realização referem-se ao AVP do Ônus da Concessão e juros capitalizados e serão realizados em prazos razoáveis antes do término do Contrato de Concessão. b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	52.497	34.383
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(17.849)	(11.690)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores.....	(95)	(159)
Despesas indedutíveis.....	(8)	(6)
Outros.....	26	95
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(17.926)	(11.760)
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(6.769)	(455)
Impostos diferidos.....	(11.157)	(11.305)
Taxa efetiva.....	34,1%	34,2%

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	-
Despesa IR/CS DRE.....	6.769	455
Total de IR/CS pagos.....	(6.769)	(455)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS.....	-	-

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022
BNDES (a).....	06/2043	IPCA TLP + 3,49%a.a.	578.568	487.643
Finame (b).....	07/2026	IPCA TLP + 3,40%a.a.	3.189	3.165
Finame (b).....	09/2026	IPCA TLP + 3,40%a.a.	90	88
Finame (b).....	07/2026	IPCA TLP + 3,40%a.a.	5.449	5.408
Finame (b).....	12/2026	IPCA TLP + 4,08%a.a.	6.519	6.528
			593.815	502.832
Circulante.....			23.937	3.042
Não circulante.....			569.878	499.790

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2023	31/12/2022
2024.....	-	19.529
2025.....	23.306	20.341
2026.....	24.319	21.195
2027.....	20.418	17.126
Posterior a 2027.....	501.835	421.599
	569.878	499.790

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	502.832	220.732
Adições.....	68.451	263.045
Encargos financeiros (Nota 24).....	53.744	40.867
Pagamento principal.....	(2.366)	(2.146)
Pagamento de juros.....	(28.846)	(19.666)
Saldo no fim do exercício.....	593.815	502.832

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a) BNDES.....	Beneficiária: ICSD =>1,3 / PL ajustado/ AT ajustado => 20% Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices. Interveniente: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado <= 4,75	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa
(b) Santander.....	Não exigem manutenção de índices	Alienação do bem

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os índices financeiros ("covenants"), requeridos pelo contrato com o BNDES.

	Exigido	Medido
(i) ICSD-Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.....	≥ 1,30x	1,90
(ii) Patrimônio Líq. Ajustado (desconsidera Ônus da Concessão Ativo e Passivo) / Ativo Total Ajustado (Desconsidera Ônus da Concessão).....	≥ 20%	40,47%
(iii) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	≤ 4,75x	3,48

A Companhia está adimplente com todas as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2



ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF nº 30.265.100/0001-00

... continuação

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado ("arm's length basis"). Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Total	Montantes envolvidos					Outras informações			
			Data início	Data final		A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	01/01/2023	31/03/2024	23.605	83	-	1.914	Em até 45 dias	11.971	6.167	5.383	N/A	Devedor
b)	ICCR 135	Outras partes relacionadas	10/06/2021	28/07/2024	874.483	652.949	-	59.014	Em até 45 dias	-	-	376.053	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	-	-	-	-	1	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
Total em 31 de dezembro de 2023										1.971	6.167	381.436		
Total em 31 de dezembro de 2022										196.232	27.441	2.155		

a) A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., controladora direta, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) A ICCR 135 S.A., formada pelas partes relacionadas Itinerar Construções S.A e Crasa Infraestrutura S.A, presta serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. c) Repasse de despesas entre unidades. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$2.098. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração propôs aos acionistas a redefinição do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.473, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	1.560	1.531
Gratificação	-	229
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	325	(34)
Seguro de vida	4	3
Assistência saúde	119	100
Previdência privada	20	-
FGTS	101	62
NSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS))	344	232
	2.473	2.123

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,11% ao ano (9,74% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Adição		Efeito	
	31/12/2022 (custo)	31/12/2022 financeiro	31/12/2022	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção	33.525	20.940	-	54.465
Efeito do valor presente sobre constituição	(9.229)	(4.229)	-	(13.458)
Ajuste a valor presente - realizações	1.751	-	2.431	4.182
	26.047	16.711	2.431	45.189
Circulante	-	-	-	15.258
Não circulante	13.263	-	-	29.931

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,70% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos e financiamentos em 2019, ano da constituição da provisão. A partir de 1º de janeiro de 2020, se houver necessidade de novas provisões advindas de aditivos contratuais, a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022		Efeito Financeiro		31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras	31.180	-	-	-	31.180
Efeito do valor presente sobre a constituição	(2.214)	-	-	-	(2.214)
Realização da construção	(928)	-	-	-	(928)
Ajuste a valor presente - realizações	2.214	-	-	-	2.214
Atualização monetária	1.642	-	493	(1.149)	493
	28.610	493	493	29.103	29.103
Circulante	11.854	-	-	-	11.854
Não circulante	16.756	-	-	-	16.756

19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2023		31/12/2022	
	Intangível	Pagamento	Intangível	Pagamento
Parcelas fixas (a)	992.802	963.726	992.802	963.726
Circulante	106.306	101.564	-	-
Não circulante	886.496	862.162	-	-

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	963.726	1.526.269
Baixa Principal	-	(253.718)
Revisão taxa AVP	-	(366.262)
Custo (Nota 23) (b)	2.902	2.718
Efeitos financeiros sobre o direito de outorga (Nota 24)	132.441	154.275
Pagamentos	(106.267)	(99.556)
Saldo no final do exercício	992.802	963.726

a) Parcelas fixas: Conforme contrato de concessão, assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC 12 - Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com poder concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 Ajuste a Valor Presente, uma revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 4,84%, com a finalidade de possibilitar melhor análise do cenário econômico atual e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos. Em 30 de junho de 2022, a Companhia assinou o 1º aditivo ao contrato de concessão, com a inclusão de novas obras e a redução no valor da outorga. Concomitantemente, a Companhia realizou novamente a revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 8,37%, resultando numa redução do passivo. b) Taxa de fiscalização: A Companhia deverá recolher à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (SEINFRA), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da SEINFRA até o último dia útil do mês de competência. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$245 (R\$232 em 31 de dezembro de 2022) c) Informações sobre o Contrato de Concessão: Contratante: Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais - SEINFRA-MG. Data da assinatura: 19 de junho de 2018. Valor da outorga: R\$2.312.752 subdividido em 348 parcelas fixas mensais, reajustadas pela variação do IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato. Objeto da concessão: Exploração pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 - iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 - contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 - iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 - Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Parapoeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 - iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 - Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,00km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 1º de abril de cada ano. Prazo de vigência: 18 de junho de 2048. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram outras mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 43 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) falência ou extinção da Companhia; e (f) anulação. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R\$748.556 (R\$447.308 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota 17 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023 (e 31 de dezembro de 2022), para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2023	31/12/2022
Melhorias na infraestrutura	-	804.592
Conservação especial (manutenção)	-	1.198.214
Equipamentos	-	59.879
Total	-	2.062.685

Seguros contratados
A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	01/07/2024	Pottencial	195.172
			195.172

20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2023	230	230
(+/-) Complemento de provisão	604	449
(-) Pagamentos	(331)	(253)
(+) Atualização monetária	88	36
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	591	232

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$12.116 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.961 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$694 (R\$1.280 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 07 de junho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$45.000, mediante a emissão de 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data, à vista e em moeda corrente nacional. Em 05 de julho de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$48.076, mediante a emissão de 48.076.013 (quarenta e oito milhões, setenta e seis mil e treze) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data, à vista e em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$300.000 (R\$206.924 em 31 de dezembro de 2022), representados por 300.000.000 (206.923.986 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes à Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados nos referidos exercícios.

22. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio		
Pedágio em numerário	51.973	59.177
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	252.309	227.765
Vale pedágio e outros	49.774	46.387
Outras	236	331
	354.292	333.660
Receita de construção (b)	767.953	447.308
Receita bruta	1.122.245	780.967
Deduções da receita bruta	(29.698)	(27.945)
Receita líquida	1.092.547	753.022

Base de cálculo dos impostos
Receitas com arrecadação de pedágio

	31/12/2023	31/12/2022
Deduções		
Cofins (3%)	(10.629)	(10.010)
Pis (0,65%)	(2.303)	(2.172)
ISS (2% a 5%)	(16.632)	(15.655)
Abatimentos	(134)	(108)
Deduções da receita bruta	(29.698)	(27.945)

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	18.256	16.492
Conservação e manutenção	7.159	6.910
Serviços de terceiros (a)	27.796	26.760
Seguros	2.257	1.800
Poder Concedente (Nota 19)	2.902	2.718
Provisão para manutenção (Nota 17)	16.711	11.579
Custo de construção de obras	767.953	447.308
Depreciações e amortizações (Nota 10 e 11)	41.675	31.884
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	70	137
Outros custos e despesas operacionais	5.121	4.984
	890.260	550.572

Classificados como:
Custo dos serviços prestados

Custo dos serviços prestados	872.888	535.523
Despesas gerais e administrativas	17.372	15.049
	890.260	550.572

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	22.338	7.069
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (Nota 9)	1	-
Outras receitas financeiras	207	364
	22.546	7.433
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(12.610)	-
Varição monetária sobre debêntures (Nota 14)	(6.185)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(29.818)	(20.621)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(23.926)	(20.246)
Varição monetária sobre direito de outorga (Nota 19)	(132.441)	(154.275)
Encargos capitalizados	40.205	27.844
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14)	(257)	-
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras (Notas 17 e 18)	(2.924)	(1.205)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20)	(124)	(80)
Pis/Cofins s/ outras receitas financeiras	(1.054)	(343)
Juros sobre arrendamento mercantil - CPC06 (R2) (Nota 15)	(762)	(565)
Outras despesas financeiras	(2.440)	(6.008)
	(172.336)	(175.499)
Resultado financeiro, líquido	(149.790)	(168.066)

25. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	34.571	22.624
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	256.022	100.894



... continuação

ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF n° 30.265.100/0001-00

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhados nas Notas 13, 14, 15 e 19. (b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5 e 7. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital, além dos prejuízos acumulados. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remuneradas a taxa média ponderada de 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,9% em 31 de dezembro de 2022), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. • Clientes e fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (b).....	125.898	125.898
Clientes (a).....	25.142	25.142
Aplicações financeiras e aplicação financeiras - conta reserva (b) ..	72.239	72.239
Passivos:		
Fornecedores (a)	34.222	34.222
Arrendamento a pagar (c).....	6.215	7.171
Debêntures (c)	532.127	537.405
Empréstimos e financiamentos (c)	593.815	530.924
Obrigações com Poder Concedente (d)	992.802	2.356.582

Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo Contábil	Valor Justo
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e).....	369	369

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (b) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (c) Os empréstimos e financiamentos, debêntures e passivos de arrendamentos estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calcula-se excludo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "obrigações com poder concedente". (e) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock, estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico.....	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão, rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional.....	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro.....	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro e;
"Compliance"	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão,

visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação à avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Companhia supervisiona a gestão de riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços; • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$14.710 (R\$12.594 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequadas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IPC-A	108.434	113.513	118.829	4.449.817
BNDES	IPCA + TLP + 3,49% a.a.	46.186	45.911	45.742	766.967
Finame	IPCA TLP + 3,40% a.a.	3.590	3.370	3.087	-
Finame	IPCA TLP + 4,08% a.a.	2.929	2.675	2.418	-
Debêntures	IPCA + 7,10% a.a	39.831	59.126	112.183	1.265.790
Arrendamento a Pagar	Cfê contrato individual	2.513	2.486	1.501	671
		<u>203.483</u>	<u>227.081</u>	<u>283.760</u>	<u>6.483.245</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$79.290 (ativo circulante de R\$214.142 e passivo circulante de R\$293.432, principalmente decorrente de obrigações com o Poder Concedente de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo

da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. **Análise de sensibilidade - Risco de variação nas taxas de juros:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA-A, principais indicadores das debêntures, empréstimos e financiamentos, obrigações com o poder concedente e aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		cenário I provável	cenário II -25%	cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	12.070	15.087	18.105
Juros sobre obrigações com Poder Concedente				
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(36.977)	(37.791)	(38.606)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(30.181)	(37.389)	(44.598)
Juros a incorrer, líquidos	Alta do IPCA (b)	(50.659)	(51.432)	(52.210)
		(105.747)	(111.525)	(117.309)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	4,15%	5,18%	6,22%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolvem caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - CPC 06 (R2)	2.990	10.521
Baixa parcelas fixas Ônus Concessão (Nota 19)	-	(253.718)
Ajuste a Valor Presente Ônus Concessão (Nota 19)	-	(366.262)

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

29. RISCO SACADO

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Risco Sacado" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo para risco sacado (R\$949 em 31 de dezembro de 2022).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos:	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES ROBERTO BORGES PAIVA
-------------------	--

DIRETORIA

Diretor Presidente - ALBERTO LUIZ LODI Diretor Superintendente - SILVIO CALDAS
Contadora: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 T ^o MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.**

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Notas 3 (f) e 22) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.322.678 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários extraordinários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se

a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

**pwc**

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Orlando - Contador CRC 1SP217518/O-7

Publicidade Legal Digital - 14 de Março de 2024 pdf

Código do documento 3ee4ac77-9a5d-4d22-8f90-0cf867eccd4d



Assinaturas



SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484
Certificado Digital
poliana.helena@otempo.com.br
Assinou

Eventos do documento

14 Mar 2024, 09:08:44

Documento 3ee4ac77-9a5d-4d22-8f90-0cf867eccd4d **criado** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email:poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-14T09:08:44-03:00

14 Mar 2024, 09:15:22

Assinaturas **iniciadas** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-14T09:15:22-03:00

14 Mar 2024, 09:16:56

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484 **Assinou**
Email: poliana.helena@otempo.com.br. IP: 187.94.66.171 (187-94-66-171.centurytelecom.net.br porta: 60366).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=Autoridade
Certificadora SERPRORFBv5,OU=A1,CN=SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484. - DATE_ATOM:
2024-03-14T09:16:56-03:00

Hash do documento original

(SHA256):58abfc3751539e5b9b3cd9a77c64bdbae24bbb034ed9b39b8273a425ec88e902

(SHA512):ee0f8339a4e75eff1738263c0ba2adcef06c7d1d35e3e1ebaa53b4e7f37174b76191961f907ba9a10957a2f18694dc5819c05a92ffd9c2845ef7847dfa95755

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign